

**Sabrina Ferretti Do Amaral**

sabrinaferretti@yahoo.com.br

**Maria De Lourdes Pinto Machado Costa**

mariadelourdespmcosta@gmail.com

IF Sudeste MG – Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais  
Campus Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil  
PPGAU/UFF – Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal  
Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

## A CENTRALIDADE URBANA E REGIONAL DE JUIZ DE FORA (MG) - BRASIL

### RESUMO

A complexidade dos fenômenos urbanos e os estudos sobre as formas de assentamentos humanos sobre o território têm requerido uma retomada das questões regionais. Neste sentido, as reflexões contidas neste texto apresentam uma associação estreita entre o urbano e o regional, tendo como recorte espacial a cidade de Juiz de Fora (MG), Brasil, e sua região de influência direta. Propõe-se debater os movimentos de centralização e descentralização inter e intraurbanos e suas implicações em relação à concentração e dispersão de atividades na cidade nas duas escalas. O objetivo é analisar os planos e projetos intermediados pelas políticas públicas

municipais, calcadas nas parcerias público-privadas e amparadas pela legislação urbana vigente, para responder à hipótese: tal quadro vem promovendo modificações na dinâmica regional de Juiz de Fora quando, em detrimento das necessidades locais, busca reafirmar o papel polarizador do município. A metodologia prevê abordar as diretrizes gerais, econômicas, políticas e técnicas locais. Na presente etapa de desenvolvimento da pesquisa, conclui-se que as transformações verificadas no quadro brasileiro e no modelo econômico atuais colocam uma agenda expandida de importantes desafios de identificar o papel das cidades na era da

globalização e suas novas conexões com o espaço regional.

**PALAVRAS CHAVE: CENTRALIDADE -  
REESTRUTURAÇÃO URBANA E REGIONAL - JUIZ  
DE FORA**

## ABSTRACT

The complexity of urban phenomena and the studies about ways of human settlements on the territory have requested a recovery of regional issues. In this regard, the considerations set in this paper presents a close association between the urban and the regional, having as spatial area the city of Juiz de Fora (MG), Brazil, and its area of direct influence. It is proposed to discuss the centralization and decentralization movements inter and intra urban and its implications regarding to the concentration and scattering of activities in the city in both scales. The goal is to look over the plans and projects mediated by municipal

policy, sustained in public-private partnerships and supported by existing urban legislation, to respond the hypothesis: this situation has been promoting amendments in regional dynamics of Juiz de Fora while, in detriment of local needs, seeks to reaffirm the polarizing role of the municipality. The method intends to address the general, economic, political and local technical guidelines. In the present stage of development of this research, we concluded that the changes observed in the Brazilian scenario and the current economic model put an expanded list of important challenges of identifying the role of cities in the

age of globalization and its new connections with the regional space

**KEYWORDS: CENTRALITY - URBAN AND REGIONAL RESTRUCTURING - JUIZ DE FORA**

## INTRODUÇÃO

As transformações verificadas no quadro mundial da atualidade e o redesenho da economia colocam uma agenda ampla e complexa de importantes questões sobre o desafio de identificar o papel das cidades na era da globalização. As mudanças tecnológicas e os imperativos desse processo de universalização e abertura das fronteiras (nas diversas escalas) têm gerado novos requisitos locais e regionais, reconstruindo-se as regiões. Essa nova visão requer uma retomada das questões regionais. Neste sentido, as reflexões contidas neste texto apresentam uma associação estreita entre o urbano e o regional, tendo como recorte espacial a cidade de Juiz de Fora (MG), Brasil, e sua região de influência direta.

Seguindo uma esteira histórica, a década de 1990 se apresenta no Brasil como o período em

que a gestão empresarial se insere com modelos importados, na maioria das vezes da Europa, e estes vem sendo difundidos e incentivados por agências multilaterais (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – Habitar, e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD) e por consultores internacionais (LIMA JÚNIOR, 2007). Assim, um novo modelo de gestão municipal começou a tomar feições mundiais ao promover a cidade como mercadoria. Isto é, ocorreu a mudança do gerenciamento urbano para o empresariamento urbano que, entre outras opções básicas, destaca o estilo consumista da urbanização (consumo de massa) onde...

... os investimentos, no intuito de atrair o consumo, (...) cada vez mais se concentram na qualidade

de vida, na valorização do espaço, na inovação cultural e na elevação da qualidade do meio urbano (inclusive a adoção de estilos pós-modernistas de arquitetura e de desenho urbano) nos atrativos de consumo (estádios esportivos, centros de convenções, shopping centers, marinas, praças de alimentação exótica), entretenimento (a organização de espetáculos urbanos temporários ou permanentes) se tornam facetas proeminentes das estratégias da renovação urbana. Acima de tudo, a cidade tem que parecer como lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, para jogar ou consumir (HARVEY, 1996:55).

Também, o campo das políticas urbanas e regionais tem se caracterizado pela desregulação nacional, pela crescente competitividade entre cidades e pela maior influência do setor privado. Paralelamente, o processo de...

*... urbanização (brasileira) ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o país conhece e que explicam a nova situação. (...) O território brasileiro se torna efetivamente integrado e constitui-se como mercado único. (...) Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional. É dessa maneira que, em cada período, entendem-se as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo (SANTOS, 2005:67)*

O curso do século XX marcou a passagem de um tipo de urbanização concentrado para um outro - de urbanização dispersa - que, para REIS (2006), apresenta-se como característica, não apenas a multiplicação do número de configurações urbanas e de seu aumento populacional, mas sobretudo, a difusão de uma modernização capitalista de valores, símbolos e comportamentos, isto é, com a generalização de um modo de vida urbano, conforme LEFEBVRE (1999).

Nessa mesma linha, SPOSITO (2007) afirma que a dispersão dos tecidos urbanos não é apenas uma questão de caráter morfológico isolado, mas que também diz respeito à constituição de novas práticas sócio-espaciais urbanas decorrentes das transformações das cidades.

Contudo, é importante frisar que, ainda segundo LEFEBVRE (1999), o período atual, de virtual constituição de uma sociedade completamente urbana, não significa o fim da cidade compacta (forma) e da urbanização concentrada (processo). Ao contrário, sua permanência diz respeito à uma característica dialética da relação sociedade-espaço, que engendra novos processos e formas, enquanto os processos e formas antigos não deixam de existir.

Assim, a estruturação espacial consequente vem passando por mudanças significativas nas últimas

décadas, denotando uma redução da tendência à concentração nos grandes centros urbanos. Ao mesmo tempo, os municípios de médio e pequeno porte vêm crescendo demograficamente, comprovando, segundo TASCHNER (1992), o movimento de “periferização” que já vem se esboçando desde a década de 1980. Isto é, os municípios do entorno crescem a taxas maiores que o município central.

*Nesse cenário de mudanças, as cidades com mais de cem mil habitantes apresentam as taxas de crescimento populacional mais significativas. (...) A proporção de brasileiros morando em cidades com população superior a cem mil habitantes vem aumentando: passa de 13,7% em 1970 para 15,9% em 1980, e para 17,7% em 1991. Ou seja, o crescimento populacional mais acentuado se desloca das metrópoles para as cidades de porte considerável (FELDMAN, 2003:106).*

E os desafios que se apresentam para essas cidades estão nas novas formas de organização produtiva, com a mencionada mudança na estruturação territorial.

*Atualmente, o reconhecimento da inserção de uma cidade média no âmbito de uma rede urbana tornou-se extremamente mais complexo. No geral, ela continua a compor a estrutura da rede hierárquica na qual seus papéis intermediários se definiram, mas há um vasto conjunto de possibilidades de estabelecimento de relações com outras cidades e espaços que não compõem, de fato, a rede a que pertence essa cidade. Em outras palavras, ainda que se considere a manutenção, ainda forte, de relações e fluxos interurbanos de natureza hierárquica, é crescente a presença de relações do tipo complementares ou do tipo competitivas, entre cidades de mesmo*

*nível ou de níveis diferentes no âmbito da mesma rede urbana ou entre redes urbanas diferentes (SPOSITO, 2006:148).*

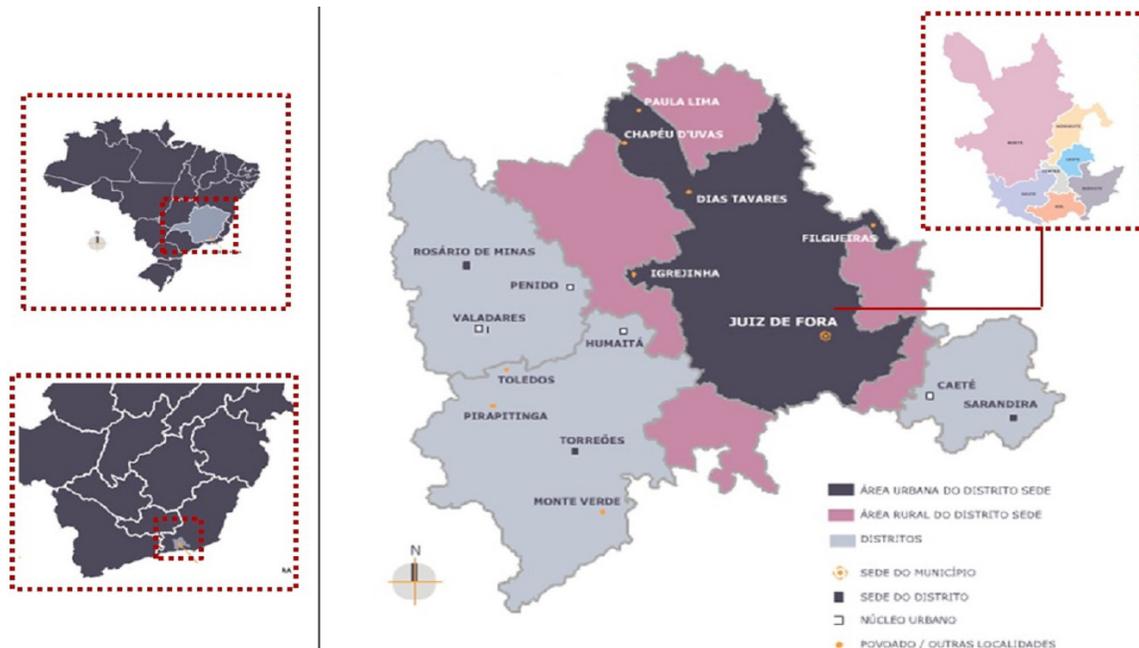
Neste sentido, o atual contexto tem feito com que as cidades médias constituam uma estreita ligação entre o local e o global, passando a comandar aspectos técnicos da produção regional, enquanto os aspectos políticos permanecem sendo assumidos pelas metrópoles que, direta ou indiretamente conduzem o mercado global (MOURA, 2011).

Para se compreender os papéis assumidos pelas cidades médias no contexto da dinâmica econômica atual da globalização, com seus tentáculos, faz-se extremamente relevante o entendimento da centralidade para os universos urbano e regional.

## **JUIZ DE FORA E SEU ESPAÇO URBANO E REGIONAL**

Estes aspectos anteriormente apresentados são facilmente percebidos em Juiz de Fora. Situado na região da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, Brasil, o município tem uma extensão territorial de 1.436km<sup>2</sup>. Destes, aproximadamente 726km<sup>2</sup> pertencem ao distrito sede. ([www.pjf.mg.gov.br](http://www.pjf.mg.gov.br). Acesso em 2011).

O município também conta com outros três distritos: Torreões, Rosário de Minas e Sarandira, contabilizando, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, 516.247 habitantes.



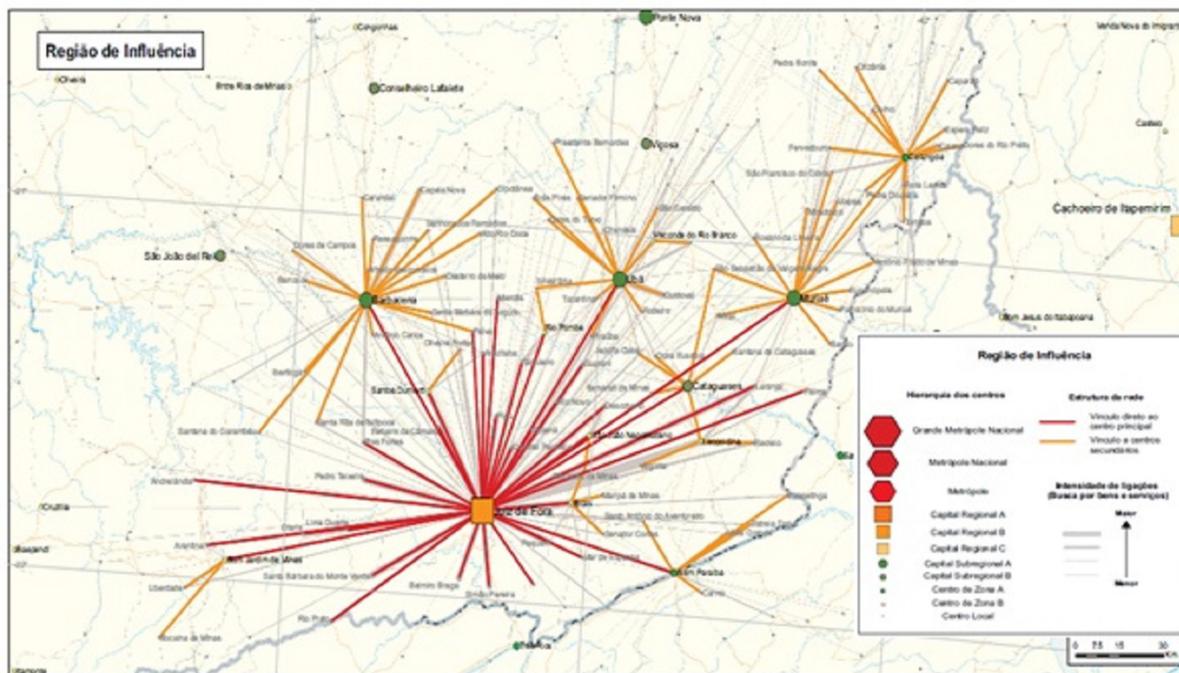
**Figura 1** - Localização do Estado de Minas Gerais, de Juiz de Fora e de suas Regiões Administrativas **Fonte:** Atlas Social de Juiz de Fora.

Juiz de Fora se destaca pela singularidade de seu processo evolutivo, pois não é uma cidade de origem mineradora, como tantas outras em Minas Gerais. Ela se desenvolveu em decorrência de sua posição geográfica privilegiada, no caminho entre as minas de ouro e de pedras preciosas do interior de Minas Gerais e o porto da cidade do Rio de Janeiro. Ademais, o município apresenta-se em posição favorável em relação a grandes centros urbanos, pois fica a 460km de São Paulo, 180km do Rio de Janeiro e a 260km de Belo Horizonte.

Cabe ressaltar que a cidade nasceu e se desenvolveu a partir de seu centro, que até os dias de hoje abriga uma multiplicidade funcional (centro comercial, atividades político-administrativas, instituições educacionais e espaços públicos para manifestações e lazer, entre outros), o que o condiciona a área de grande importância econômica e social da cidade. E ainda que, a partir do início do século XX, a cidade passou a se caracterizar como um polo que concentra atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços.

Desde o ano 2000 a cidade vem passando por projetos de reordenamento e requalificação viária, propostos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU/JF) e Plano Estratégico (Plano JF), que anunciam a sua capacidade de estabelecer relações com os municípios de sua micro e mesorregião e de integrar redes na era da globalização.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU/JF tem como um dos seus principais objetivos “consolidar Juiz de Fora como cidade polo da Zona da Mata, melhorando as vias de acesso à cidade, a competitividade de seu comércio e a qualidade dos serviços que oferece, especialmente nas áreas de educação e saúde” ([www.pjf.mg.gov.br/plano/plano.htm](http://www.pjf.mg.gov.br/plano/plano.htm). Acesso em 2011). O Plano JF tem estimulado, em razão dos



**Figura 2.** Mapa de Regiões de Influência de Juiz de Fora (MG), Brasil.  
**Fonte:** IPEA, IBGE, 2007.

múltiplos papéis do Estado, as parcerias público-privadas e a implantação de projetos urbanos de grande impacto. Este processo tem incentivado a formação de uma nova centralidade, diferente das demais existentes. Isto é, uma centralidade independente do centro original.

Outro ponto relevante no que diz respeito ao espaço urbano e regional de Juiz de Fora é que, segundo o quadro nacional de delimitação das Regiões de Influência das Cidades Brasileiras (REGIC), elaborado a partir de pesquisa realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) e Universidade de Campinas (UNICAMP) em 2007, Juiz de Fora é considerada a quarta maior cidade do estado de Minas Gerais,

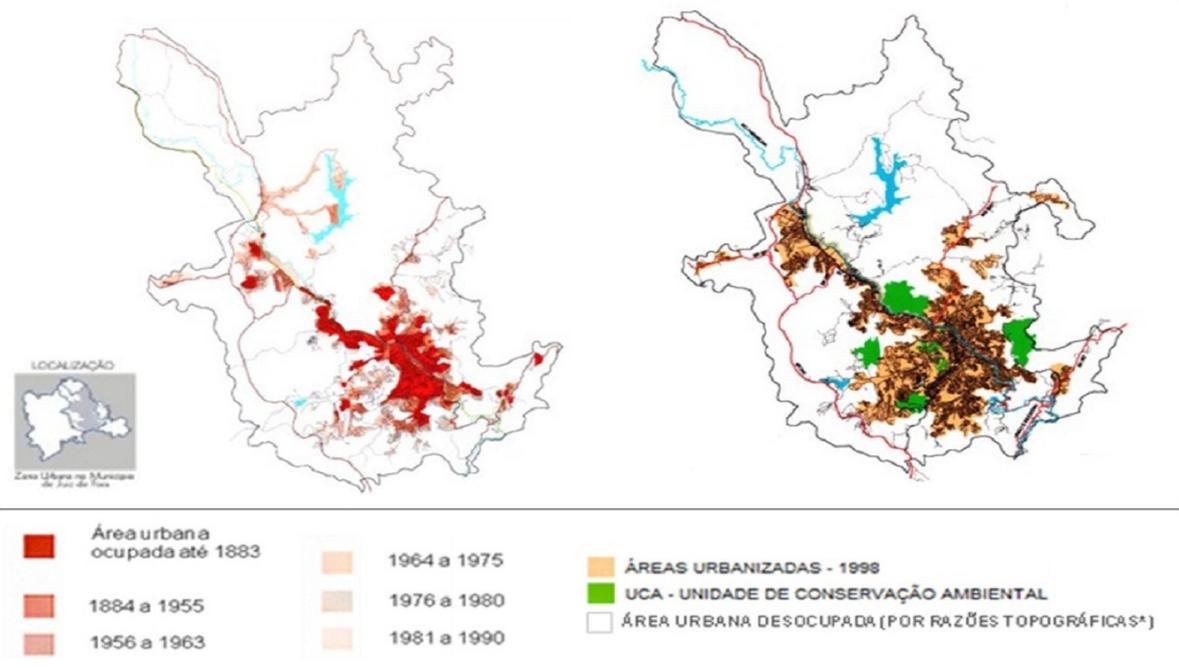
superada apenas por Belo Horizonte, Uberlândia e Contagem. Tem como área de influência toda a Zona da Mata, uma pequena parte do Sul de Minas e também do Centro Fluminense, totalizando uma região de influência que abrange 106 municípios. (Fig. 2)

Tal influência regional também é reforçada pelos planos e projetos das gestões urbanas em Juiz de Fora que, ao priorizarem a lógica da extração da renda imobiliária confirmam o papel polarizador do município no espaço interurbano enquanto incentivam os movimentos de centralização do pólo principal e secundários formados, e a descentralização do espaço intraurbano (AMARAL, 2012).

Com isto, Juiz de Fora assiste a um ciclo de

intervenções públicas e privadas, que seguem um plano maior de reordenamento viário, que prima pela abertura das fronteiras do município, nestes tempos de mundialização da economia.

Adiante, surgem novos centros e são implantados projetos urbanos de grande impacto, que alteram significativamente a dinâmica do tecido da cidade. Em paralelo, apresentam-se os problemas diretamente relacionados às questões de moradia e valorização da terra que, juntamente com a especulação imobiliária - pujante em determinadas áreas - e à não aplicabilidade das leis, estimulam o crescimento do município sob a forma de tentáculos, isto é, "várias localidades foram surgindo ao longo dos anos sempre mantendo vínculo direto com o centro histórico consolidado, mas nem sempre estabelecendo relações de vizinhança entre si" (TEIXEIRA, 2010:71). (Fig. 3)



**Figura 3.** Evolução da malha urbana de Juiz de Fora, 1883-1990 e 1990-1998. **Fonte:** PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2004. Arte Final: AMARAL, 2012.

SPOSITO (2009) afirma que o que acontece na grande maioria das cidades brasileiras, é uma ruptura no longo processo de urbanização. Enquanto a divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade é mantida, a divisão interurbana do trabalho, nas sociedades em processo de mundialização crescente da economia, amplia-se progressivamente. Neste percurso, há uma maior concentração de papéis em espaços urbanos e uma maior dispersão de seus tecidos. E em Juiz de Fora não é diferente.

Este fenômeno, da dispersão urbana, reflete um período onde os interesses da produção imobiliária determinam as mudanças no uso do tempo e do espaço. Mudanças essas, relativas à ocupação e uso dos novos espaços urbanos e, também, aos deslocamentos necessários na atual

configuração: extensa e descontínua (AMARAL; COSTA, 2012).

Dentro desta perspectiva, este estudo apresenta como objetivo a análise dos planos e projetos intermediados pelas políticas públicas municipais, calcadas nas parcerias público-privadas e amparadas pela legislação urbana vigente (leis nº 6908/86, 6909/86 e 6910/86), para responder à hipótese: o atual quadro vem promovendo modificações e até rupturas na dinâmica regional de Juiz de Fora quando, em detrimento das necessidades locais, busca reafirmar o papel polarizador do município.

### ANÁLISE DAS ESCALAS

A partir dos conceitos adotados e das leituras que historicizam o objeto de estudo em questão,

fica claro que no processo de planejamento e gestão urbana de Juiz de Fora, a menção ao desenvolvimento é um traço marcante desde o Código de Obras<sup>1</sup> de 1938 até o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 2000) e o Plano Estratégico (Plano JF de 1997).

Apesar de estar presente no PDDU (2000) a ênfase no desenvolvimento pode ser melhor visualizada nas ações implementadas, por volta de 1997, com o Plano JF, cujos fundamentos da concepção de desenvolvimento privilegiavam a “visão integrada”, na qual participam todos os setores da economia, valorizando as novas formas de ação competitiva (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2004).

Na prática, pode-se entender o Plano JF como uma articulação de ações públicas e privadas, voltada principalmente para a revitalização econômica da cidade, galvanizada por discursos como a conservação do meio ambiente e um maior equilíbrio social.

Assume destaque, portanto, a atração de investimentos para a cidade, que a dotem de infraestrutura urbana, sobretudo transportes e telecomunicações, capaz de reforçar sua posição de centro de serviços para toda a região.

Analisando-se os Planos e processos ocorridos, pode-se afirmar que, em Juiz de Fora, a busca por não entrar em conflito com os interesses privados detentores de capital (construtoras e “donos de terras”), refletida na falta de vontade política dos governantes, tem provocado o adiamento da revisão das leis urbanas e do PDDU/JF.

Por outro lado, no que se refere à escala regional, tais planos e projetos têm facilitado o acesso à cidade para os migrantes que buscam por seus

<sup>1</sup> Em Juiz de Fora todo o controle do uso e ocupação do solo e da construção era regido pelo Código de Obras do Município (1938) que, apenas em 1986, teve editadas novas normas, as Leis sobre Parcelamento (nº 6908/86), edificações (nº 6909/86) e ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (nº 6910/86), que permanecem em vigor até os dias atuais.

serviços (saúde, educação, comércio e lazer). A centralidade exercida por Juiz de Fora está intimamente atrelada à localização da cidade dentro da rede urbana nacional. Neste sentido, o conjunto de relações de Juiz de Fora com sua região demonstra a ligação da cidade, na maior parte das vezes, com as localidades menores, extrapolando sua área para além da divisa estadual. O que demonstra que a interação econômica em sua região desconsidera os limites administrativos do município. A representação do mundo globalizado através da ideia de pensar global e agir local funciona como uma espécie de mapa sobre o qual traçam-se planos estratégicos. Nesta forma de planejamento estão depositadas as esperanças das cidades que competem por uma posição nessa reordenação mundial operada pela globalização. Esses paradigmas sustentam a crença nas estratégias de desenvolvimento local como único caminho possível de sobrevivência e sucesso, dentro da chamada nova economia, marcada pelo empresariamento urbano, como denomina David Harvey. Ou seja, “pela parceria público-privada, tendo como objetivo político e econômico imediato muito mais o investimento e o crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico.” (HARVEY, 1996:53). Neste sentido, o estudo das cidades médias remete à necessidade de se trabalhar com dados e informações sobre cidades com as quais a cidade média, objeto da investigação científica, mantém relações. E adiante, conhecer os interesses dos agentes econômicos e a natureza dos comandos definidos por eles, avaliando as articulações entre escalas: o espaço intraurbano e o espaço interurbano e/ou regional. Para se compreender o espaço (em suas múltiplas

escalas), não basta elucidar somente o espaço. “É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais” (SOUZA, 2013:16). Desta forma, é necessário, acima de tudo, ver a “produção” simbólica e de relações de poder, ver os “atores”. Então, analisando os processos mais relevantes ocorridos ao longo do tempo, nas escalas urbana e regional de Juiz de Fora, como: os projetos de requalificação viária, a implantação de projetos urbanos de grande impacto, o desenvolvimento de uma nova centralidade na Região Sul do município, a abertura de indústrias (Codeme, Brafer e CBU/Samag – Metalurgia, AlmaViva – Call Center, entre outras) e as associações e consórcios firmados entre Juiz de Fora e algumas cidades de sua micro e mesorregião (Barbacena, Guarará, Ibertioga, Lima Duarte, Três Rios, Valença, Barra do Piraí, entre outras), é possível afirmar que os espaços públicos do município são o principal campo de ação destes atores. Seguindo o ideal de “pensar global e agir local”, os espaços públicos de Juiz de Fora têm sido “terreno privilegiado para a formulação de projetos urbanos entendidos como instrumentos de transformação e qualificação das cidades” (NOVICK, 2004:01). Um exemplo deste quadro é que no ano de 2008 foi inaugurado o primeiro shopping center de Juiz de Fora, o Independência Shopping. Tal empreendimento localiza-se na Avenida Presidente Itamar Franco, no bairro Cascatinha, Zona Sul de Juiz de Fora, e próximo a um dos acessos à cidade pela BR 040 sentido Rio de Janeiro. Atualmente o terreno do shopping abriga a implantação de duas torres, uma destinada a salas comerciais e a outra a um hotel com padrão cinco estrelas, constituindo o complexo Independência Trade Center. Recentemente a cidade assiste ao projeto de implantação de mais um shopping center: o

Shopping Jardim Norte. “Projetado para atender a um relevante eixo, compreendido entre o Centro e a Zona Norte, (...) o novo shopping será parte de um complexo multiuso que, futuramente, incluirá hotel e torres de escritório” (REVISTA PAUTA ECONÔMICA, 2014:06). Ainda segundo dados publicados recentemente em veículo local, o shopping tem a vantagem de estar ao lado da Rodoviária Interestadual, “importante porta de entrada da região, atendida por 58 linhas de ônibus urbanos e que recebe fluxo de 79 mil passageiros por mês em linhas intermunicipais e interestaduais” (REVISTA PAUTA ECONÔMICA, 2014:06).



**Figura 4.** Acessos a Juiz de Fora pela BR 040 e localização dos Shoppings Independência e Jardim Norte. **Fonte:** GOOGLE MAPS, acesso em 2014. Arte Final: AMARAL, 2014.

Fica claro que, assim como o Independência Shopping, o Shopping Jardim Norte – que será implantado na Avenida Rio Branco, próximo ao acesso à cidade pela BR 040 sentido Belo Horizonte - segue a premissa da atração regional. Acredita-se que a implantação de mais um projeto urbano de grande impacto, localizado estrategicamente próximo a outra via de acesso à cidade, seja a confirmação de que segue em curso a estratégia da parceria público-privada para reafirmar Juiz de Fora como polo regional.



**Figura 5.** Imagem aérea do Independência Shopping em 2011. Ao fundo, a área mais verticalizada é o Centro de Juiz de Fora. **Fonte:** Acervo AELSON AMARAL. (Acesso em 2011).



**Figura 6** - Imagem do projeto e Localização Shopping Jardim Norte.  
**Fonte:** REVISTA PAUTA ECONÔMICA, 2014. Arte Final: AMARAL, 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importação de propostas, modelos e instrumentos de planejamento de outros países é fato comum na história do Brasil, não faltando críticas e questionamentos a esse respeito. Sendo elaborados em universos econômicos, políticos e culturais, diferentes, tais concepções não são neutras, na medida em que estruturam relações e representam uma realidade sócio-espacial que projetam uma receita única para realidades completamente diversas (TASCA, 2010).

Em Juiz de Fora, MG, nota-se esse processo através das leis e planos elaborados, que proporcionaram ao longo de sua história a requalificação da cidade, levando conseqüentemente, à valorização da terra e à expansão das fronteiras urbanas.

As dificuldades e limitações históricas para a ação de planejamento democrático na sociedade brasileira e, em Juiz de Fora, foram e continuam sendo palco de debates, revelando as inúmeras limitações à elaboração de propostas alternativas (democráticas e igualitárias).

As bases da formação do projeto de desenvolvimento de Juiz de Fora apontam para uma sobreposição de discursos e projetos. Sob a ideologia do desenvolvimento, as Leis Urbanas (1986), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2000) e o Plano Estratégico (2000), constituíram-se em documentos aplicados em uma parte da cidade obedecendo a um plano maior de reordenamento viário.

É importante ressaltar que este quadro tem provocado movimentos de descentralização e centralização nas escalas intra e interurbanas de Juiz de Fora, promovendo as mencionadas modificações e até rupturas em sua dinâmica urbana.

Na presente etapa de desenvolvimento da pesquisa, já se pode concluir que as transformações verificadas no quadro brasileiro da atualidade, bem como o modelo econômico colocam uma agenda expandida de importantes desafios de identificar

o papel das cidades na era da globalização e suas novas conexões com o espaço regional, propiciadas também pelo estágio atual da comunicação e tecnologia. Cabe, então, uma atualização da temática, que contribua com subsídios no âmbito da articulação entre o urbano e o regional, acompanhado do crescimento e desenvolvimento ordenado destes espaços, voltados para o beneficiamento de sua população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, S. F. do (2012). O processo de reestruturação do espaço em cidades médias: caso referência, o centro de Juiz de Fora. Niterói: PPGAU/UFF. Dissertação de Mestrado.
- AMARAL, S. F. do; COSTA, M. de L. P. M (2011). "Centralidade e cidades médias: o centro de Juiz de Fora e o Independência Shopping". In: Anais do Urbicentros II, Maceió.
- \_\_\_\_\_ (2012). "Entendendo as centralidades em construção nas cidades brasileiras, e a complexidade e sustentabilidade a elas associadas". In: Anais do II ENANPARQ, Natal.
- CASTELLS, M (1999). A Sociedade em Rede. Editora Paz e Terra.
- CORRÊA, R. L (1989). O Espaço Urbano. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_ (2011). "Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão". In: CARLOS, A. F. A. (Orgs). A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto.
- COSTA, M. de L. P. M (2009). A urbanização em municípios fluminenses. Sua mediação na configuração territorial, mobilidade e gestão urbana. São Paulo: FAUUSP-FAPERJ. Relatório Final de Atividade de Pós-doutorado.
- COUTINHO, L (2003). "O desafio urbano regional na construção de um projeto de nação". In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Orgs). Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões. O Desafio Urbano-Regional. São Paulo: Anpur/Editora da Unesp.
- FELDMAN, S (2003). "Política urbana e regional em cidades não-metropolitanas". In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Orgs). Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões. O Desafio Urbano-Regional. São Paulo: Anpur/Editora da Unesp.
- HARVEY, D (1980). A Justiça Social e a Cidade. Tradução Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, Espaço e Debates, n° 39, p. 48-64.
- INDOVINA, F (2004). "La Ciudad Difusa". In: RAMOS, Â. M. (Org.). Lo Urbano. Barcelona: ESTSAB, UPC, p. 49-59.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2007). Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE.
- LEFEBVRE, H (1999). A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- \_\_\_\_\_ (2001). O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro.

- LIMA JÚNIOR, P. de N.; et ali (2011). Projetos urbanos em cidades médias: a implantação de um shopping em Juiz de Fora – MG. In: “Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR”, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (2000). Ideologia e Representação do Espaço no Planejamento Estratégico de Cidades. In: Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIV, n.2.
- LIMONAD, E (2007). “Urbanização Dispersa mais uma forma de expressão urbana?” In: Revista Formação. Rio Claro, v. 1, n. 14, p. 31-45, 2007. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/Limonad.pdf>
- MARICATO, E (2008). Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes.
- NOVICK, A (2004). Espaços públicos e projetos urbanos. Oposições, hegemonias e questões. Arqutextos, São Paulo, ano 05, n. 054.01, Vitruvius. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/05.054/524/pt>. (Acesso em: maio de 2014).
- OLIVEIRA, L. A. de (Org) (2011). Arquitetura da cidade contemporânea: Centralidade, Estrutura e Políticas Públicas. Itajaí: UNIVALI.
- OLIVEIRA, M. M. (2006). Plano Estratégico e Diretor de Juiz de Fora – Modelos contraditórios ou complementares? Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, Dissertação de Mestrado.
- PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (2204). Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora. PJF Juiz de Fora: Funalfa Edições.
- REIS, N. G. (Org.) (2007). Estudos sobre Dispersão Urbana. São Paulo: FAU-USP.
- \_\_\_\_\_ (2009). Sobre dispersão urbana. 1º ed. São Paulo: Via das Artes.
- \_\_\_\_\_ (2006). Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes.
- SANTOS, M (2005). A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (2012). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, A. M. S. P (2010). “Urbanização Brasileira: Um olhar sobre o Papel das Cidades Médias na primeira década do Século XXI”. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol.12, nº 02.
- SOUZA, M. L. de (2013). Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SPOSITO, M. E. B. (Org) (2007). Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_ (2006). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão popular.
- \_\_\_\_\_ (2001). “Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana”. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: Edição UNESP/Presidente Prudente.
- \_\_\_\_\_ (2006). “O desafio metodológico da abordagem interescolar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo”. In: CIDADES Revista Científica. Presidente Prudente, vol. 3, nº 5, p. 143 – 157.
- TASCAL, L (2010). As contradições e complementaridades nas leis urbanas de Juiz de Fora. Dos planos aos projetos de intervenção. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de doutorado.
- TASCCHNER, S (1992). Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90. In: “Espaço e Debates”, nº 36, p. 77-90.
- VILLAÇA, F (2001). Espaço intra urbano no Brasil. São Paulo: Nobel, Fapesp, Lincoln Institute of Land Police.